

# Alta da "prime" não afeta tanto assim

Raul Zamora, da AFP

Paris — O aumento das taxas de juros norte-americanas, que provocou revolta em alguns países latino-americanos por ter ocorrido imediatamente depois da conferência de Cartagena, não afetará os países devedores em proporção ao volume de seu endividamento. Na realidade, as altas das taxas de juros são mais graves para os países que, por imprudência ou porque os bancos não lhes deram outra possibilidade, endividaram-se mais intensamente a curto prazo e se sujeitaram às taxas de juros variáveis dos bancos norte-americanos.

Uma pesquisa realizada em alguns países da América Latina revelou algumas comparações interessantes. Para o Brasil, por exemplo, que tem a maior dívida externa do mundo — cerca de 100 bilhões de dólares — cada ponto de alta da taxa de juros preferencial (prime-rate) dos Estados Unidos representa apenas 56 milhões de dólares. Para a Colômbia, entretanto, cuja dívida externa é quase 10 vezes menor que a do Brasil (10,5 bilhões), deverá pagar quase duas vezes mais (100 milhões de dólares) por cada ponto de alta da prime rate.

No Brasil, apenas 5,607 bilhões de dólares de dívida são afetados pelas altas da prime rate dos Estados Unidos. Esta soma, sujeita às altas desta taxa norte-americana equivale apenas a seis por cento do total da dívida externa brasileira a médio e longo prazo, estimada em 1984 em 93,465 bilhões de dólares. Além disto, 96 por cento da dívida brasileira a médio e longo prazos está vinculado ao mercado bancário europeu e 25 por cento se paga a taxas fixas de nove por cento ao ano, em média.

Os 56 milhões de dólares que o Brasil deve pagar por cada ponto de alta da prime rate contrastam com os 700 milhões que o México deve desembolsar, cuja dívida externa total já se aproxima dos 94 bilhões de dólares. Os prejuízos que o Brasil sofre pelas altas desta taxa são de montante semelhante aos 50 ou 60 milhões de dólares que o Peru — com uma dívida externa de 12,682 bilhões de dólares — deve pagar a este título.

Cerca de 2,8 bilhões de dólares da dívida externa peruana estão contratados com bancos internacionais e sofrem as influências das taxas flutuantes de juros já que o restante da dívida do país se compõe de créditos contraídos com organismos estatais ou internacionais. Entretanto é no Chile que se observam preocupações no campo das taxas de juros. O país tem uma dívida externa total quase cinco vezes menor que a do Brasil (21 bilhões de dólares) mas tem que pagar três vezes mais (180 milhões de dólares) sempre que a prime rate norte-americano sobre um ponto.

A estrutura da dívida externa chilena é um caso único na América Latina: duas terças partes da dívida foram contraídas com o setor privado, mas o caso mais espetacular entre os grandes devedores da América Latina é provavelmente o do Uruguai. Este país, um dos 11 que participaram da conferência de Cartagena, ocupa o décimo lugar no grupo em dívida externa que se eleva a 4,6 bilhões de dólares.

A dívida externa total uruguia é 20 vezes menor que a do Brasil mas cada ponto de alta da prime rate norte-americana significa para o país um pagamento suplementar de 40 milhões de dólares por ano, quase o mesmo que o Brasil deve pagar a este título.